



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – CAMPUS DOS MALÊS

JOÃO DE DEUS PEREIRA ALVES

**A QUESTÃO AGRÁRIA NO DISTRITO DE JAMBEIRO,
EM SANTO AMARO – BAHIA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

JOÃO DE DEUS PEREIRA ALVES

**A QUESTÃO AGRÁRIA NO DISTRITO DE JAMBEIRO,
EM SANTO AMARO – BAHIA**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, sediado no Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Craice da Silva

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

JOÃO DE DEUS PEREIRA ALVES

**A QUESTÃO AGRÁRIA NO DISTRITO DE JAMBEIRO,
EM SANTO AMARO – BAHIA**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Aprovado em 26/10/2018

Profa. Dra. Carla Craice da Silva

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(UNILAB), Instituto de Humanidade e Letras/Campus dos Malês.

Profa. Dra. Luciana Schleder Almeida

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(UNILAB), Instituto de Humanidade e Letras/Campus dos Malês.

Prof. Dr. Rafael Palermo Buti

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(UNILAB), Instituto de Humanidade e Letras/Campus dos Malês.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. OBJETIVOS.....	7
2.1 Objetivo geral	7
3. JUSTIFICATIVA.....	7
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
4.1 O problema agrário	10
4.2 História do distrito de Jambeiro.....	13
5. METODOLOGIA	16
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
7. CRONOGRAMA	19
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20

1 INTRODUÇÃO

Desde o período das antigas usinas de açúcar “Passagem” e “Paranaguá II”, na região de Santo Amaro (BA), que a comunidade de Jambeiro vem sofrendo com problemas relacionados às terras habitadas. Em uma visita exploratória ao campo, foi relatado que após a extinção da indústria Passagem, a Paranaguá II se apossou das terras e destruiu as plantações e quintais de setenta e cinco moradores, em 1975, no intuito de expulsar, obrigatoriamente, das suas residências.

No capitalismo, os grandes produtores são levados a seguir os mandos do mercado, o que torna mais forte o estado de exploração dos pequenos produtores. A desigualdade social que se ocorre na contemporaneidade provoca um desequilíbrio entre os grandes produtores que, através do incentivo fiscal do governo, aumentam a produção agrícola, e aqueles que trabalham nessas fazendas para sustentarem suas famílias com um salário mínimo ou uma quantia inferior que não fornece minimamente o sustento (SILVA, 1981).

A usina Passagem surgiu em meados do século XX e a usina de Paranaguá II por volta das décadas de 1980. No contexto do distrito de Jambeiro, os trabalhadores recebem por dia R\$ 35,00 e, no final do mês, compram o necessário para manter a família, com apenas R\$ 980,000. As mulheres ganham R\$ 100,00 a menos que os homens caso seja contratada, o que é um acontecimento raro. Mesmo assim, quando as mulheres conseguem vagas para plantarem capim, lutam para ajudarem os esposos no necessário para completar o ganho mensal.

Esse projeto de pesquisa se insere nos estudos rurais sobre a questão agrária no Brasil e tem como objetivo mostrar as problemáticas do capitalismo agrário em Santo Amaro no sentido de expor o problema da terra e o desenvolvimento do campo pela propriedade fundiária com uso de fertilizantes, máquinas, desmatamento e a tomada das pequenas propriedades para o desenvolvimento do capital. Como questão agrária, Graziano da Silva, (1981, p.40) entende por determinadas limitações enfrentadas pelos agricultores rurais impostas pelos latifundiários e empresários que, na ânsia prosperar, desrespeita as Leis constitucionais e faz com que a classe operária dependa deles para viver, conforme confirma o autor, (1981, p.30) sobre a convivência dos camponeses e fazendeiros.

O grande posseiro expulsa o pequeno, seja através de manipulações judiciais, seja através da violência pura e simples. Por tanto, a posse nas regiões mais novas, pela desigualdade que estabelece desde o início, tende a produzir a mesma estrutura

agraria existente nas regiões mais antigas, onde o grande número de pequenos proprietários e tem íntimas parcelas de terra.

Assim, a fome e o desemprego aumentam por causa da perversidade do progresso na técnica de manejo com a terra entre ricos e pobres. Por um lado, a mercadoria aumenta o preço, conforme os impostos federais e a classe operária, conseqüentemente, mal consegue acompanhar as mudanças estruturais do capitalismo agrário, não apenas pela falta de formação técnica, mas também falta de capacidade financeira. Por outro lado, tem-se uma sociedade que vive de acordo progresso econômico do país, mas será que esta melhoria beneficiará os trabalhadores rurais, de modo que todos tenham direito à terra? Sabe-se que não, porque quando se trata de melhoria financeira quem prospera são os grandes latifúndios, enquanto a classe operária permanece completamente na pobreza. O ideal seria que todos pudessem usufruir da tecnologia agrária, mas infelizmente no Brasil, os direitos do cidadão incluem apenas a burguesia dominante, ou seja, apenas uma parte da sociedade progride e a outra serve para beneficiar a esta, trabalhando nas operações produtivas de riquezas.

Em vista disso, o conflito agrário no território do Jambuí é muito sério: são terras da usina Paranaguá II e os moradores estão sem qualquer proteção do poder público. Muitos perderam suas terras por consequência da estrutura colonial ainda presente na gestão da fazenda (BRITO 2008). Hoje, a indústria se encontra fechada e as terras estão sobre o domínio de um fazendeiro que utiliza do poder financeiro, para impor sobre os, pequenos agricultores, regras para controlar o plantio. Com isso, ele pratica o desmatamento, muitas nascentes que serviam aos moradores secaram, os poços artesianos no mesmo estado e os rios que atravessam a região estão poluídos com a derrubada de bambus e produtos tóxicos estão sobre o solo perto das residências.

Em se tratando da industrialização, aparece como vantagem aos fazendeiros porque lucram, conforme os investimentos e, por isso, demarcam a terra, prioritariamente, ao uso particular (SILVA, 1981). Através disso, pode-se entender que no Brasil não há espaço para os pobres e tampouco para aqueles que moram nas ribanceiras das propriedades latifundiárias.

A estrutura fundamental deste estudo levará em consideração a vivência da comunidade, com foco nos conflitos de terras, entre os moradores, empresários e fazendeiros. Sua finalidade é contribuir na pesquisa científica a respeito dos conflitos agrários no Recôncavo da Bahia. Santo Amaro, embora vista como uma das cidades históricas do Brasil, conhecida pelos antigos engenhos e usinas de álcool e açúcar, se mantém na caricatura escravocrata do povo negro, que ruralmente firma-se. No Jambuí, a cultura dominante da

cana de açúcar apenas se transformou em grandes pastagens e mantém o mesmo contexto serviçal do senhor.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as especificidades da comunidade de Jambeiro, a partir do conflito agrário e contextualizar com outras fragilidades marcantes do homem e mulher do campo, através da desigualdade social, a partir da má distribuição das riquezas, apontando a especificidade da vida na zona rural e as irrelevâncias da globalização que vem desestabilizando sua cultura agrária.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Pesquisar a História local, a partir das entrevistas com os moradores.
- Estudar os conflitos agrários e suas diferentes dimensões (posse da terra, trabalho, ambiental, etc.) na comunidade de Jambeiro.

3. JUSTIFICATIVA

Os conflitos agrários são muito comuns na região de Santo Amaro e, por isso, o projeto é muito importante, não apenas para o lugar, mas porque contribuirá nas pesquisas científicas das ciências humanas sobre a questão agrária. A desigualdade de classe, na região metropolitana de Salvador é fruto da história canavieira do Recôncavo, desde o tempo colonial e é, por esse contexto, que devemos investigar a realidade do distrito de Jambeiro, no que compreende a desqualificação dos plantios da população pobre ao comparar com os grandes produtores.

Os estudos de outros pesquisadores sobre a injustiça social e a consequência que o agronegócio tem causado às comunidades mais pobres do Brasil mostram que “a agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que

seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração.” (FERNANDES, 2004, p. 38). Por essa razão, como sujeitos sociais, todos os cidadãos têm por direito moradia digna, saúde, educação e principalmente terras para lavrar suas plantações enquanto trabalhador(a) rural e jamais ficar sob as torturas e manobras da classe dominante que alienam as comunidades, conforme seus interesses.

Para mim, este trabalho será muito relevante não apenas no sentido acadêmico, no que diz respeito à pesquisa do problema rural, mas no sentido de exercer minha cidadania e, a partir dele, denunciar o sofrimento dos moradores dessa sociedade e motivar outros estudantes a se interessarem pela abordagem. Vivi 13 anos na comunidade do Jambeiro e durante este período vivenciei, junto com a população, conflitos por causa do uso das terras, desde épocas anteriores às pastagens hoje presentes.

Nesse contexto, enquanto eles esperam por justiça, esta investigação contribuirá para um levantamento sucinto da sua resistência sobre o capitalista agrário e de modo geral, como eles entendem a desestrutura da coletividade e quais as suas esperanças. Somente assim, ter-se-á um resultado mais atraente e enriquecedor.

Ressalta Freire (2004, p.52) que a história da agricultura no Recôncavo da Bahia, inicia-se pela exploração dos negros na agricultura dos portugueses e que os vestígios desse desenvolvimento comercial chamou a atenção da nobreza por causa da qualidade dos produtos colhidos no solo massapé.

Os barões das terras de massapé seriam por algum tempo o melhor apoio da coroa. E embora sob Pedro II se acentuassem conflitos e até se dramatizassem divergências entre a justiça imperial e a autoridade do senhor de engenho poderoso, o interesse econômico, atuaria por muito tempo no sentido da contemporização entre as duas forças rivais. Os engenhos melhores e mais ricos, do mesmo modo que as fazendas de terra roxa seriam até as vésperas da abolição centros politicamente fieis à monarquia e leais a D. Pedro II. (FREIRE, 2004, p.52)

Atualmente, o espaço não é mais o mesmo, por causa da agressão industrial, desmatamento e queimadas nos locais que deviam ser preservados e estão sobre a destruição agropecuária. Os moradores rurais tendem a migrar para outros territórios, na busca de empregos principalmente para o Rio de Janeiro, São Paulo e Juazeiro da Bahia, para o trabalho no corte de cana de açúcar, colheita de café e aroeira, porém, mantendo as mesmas características de serviços boias frias. Os jovens são os que mais viajam para essas regiões, talvez por não verem no Jambeiro um futuro melhor. No entanto, sabe-se que na

contemporaneidade o emprego está de acordo com a escolaridade e não apenas de acordo às experiências de serviço.

Há um progresso na economia, mas poucas oportunidades para melhorar o mercado de trabalho. Viotti (1998, p. 251-253) ressalta que, mesmo após a abolição da escravatura no século XIX, a estrutura patriarcal continuou firme nas estruturas administrativas dos barões que não queriam perder o prestígio da elite da época. Ao se mudarem para a cidade após a crise rural, os fazendeiros viviam de acordo suas relações com a coroa, com divisões sociais do monopólio financeiro para manter o mesmo regime escravista da coroa portuguesa principalmente nas pequenas cidades do interior que se caracterizavam mais como rural que urbano. As péssimas condições de vida dos trabalhadores negros, mulatos e homens livres subordinados a tutela escravista dos colonos, nas suas imensas propriedades rurais e conforme a hierarquia social da raça. O negro, portanto, continuou a viver dependente do senhor porque a sociedade não aceitava sua libertação e não teria como resistir fora da brutalidade colonial, uma vez que ele precisava alimentar a família, e manter seus costumes culturais e religiosos.

A estrutura patriarcal, o sistema de clientela, os mores dos fazendeiros que construíram casas na cidade, repetindo a estrutura dos casarões de fazenda, não se alteraram de imediato, permanecendo praticamente intactos nos núcleos urbanos, onde imperava como na zona rural o domínio das grandes famílias de fazendeiros. Estas tinham o poder político, controlavam a administração e a vida pública. (VIOTTI, 1998, p. 251).

Toda pessoa tem direito a viver livremente, bem e com seus direitos garantidos pelo Estado, porque o trabalhador rural e os pequenos produtores são importantes para a economia do país, pois sem eles, os grandes proprietários enfraquecia o país porque eles não plantam todos os frutos necessários para a alimentação humana, mas apenas aquilo que lhes dão rendimentos. Entretanto, esses indivíduos muitas vezes são mortos pelos quinteiros, quando reivindicam o direito à terra, porém poucos conseguem e quando há sucesso, são terrenos inférteis para o plantio e carentes de preparos especiais para a colheita. O salário “mínimo” brasileiro pouco dá para suprir as despesas dessas famílias e por isso, buscam trabalhos em terras longínquas. No Brasil existe uma política retórica que afirma lutar por direitos iguais, mas, na prática, quem ganha são os maiores produtores que, nas palavras de Graziano da Silva (1981, p.23-24) ¹, este problema surge da falta de estrutura e responsabilidade do poder

público, porque sempre as mudanças da reforma agrária são para beneficiar os grandes fornecedores comerciais que abastecem as grandes empresas de alimentos como supermercados e fábricas.

Para suprir as necessidades do mercado consumidor, dispõe-se de “fertilizantes, sementes melhoradas e novas práticas agrícolas, etc.” Sobre as vendas das mercadorias dos pequenos produtores, ressalva o mesmo autor que os grandes produtores fiscalizam para os pequenos não terem sucessos econômicos na comercialização, por conhecerem as estratégias do capitalismo agroindustrial, ao contrário dos agricultores que mantêm a técnica tradicional, sem muito se preocupar com tempo do negócio.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 O PROBLEMA AGRÁRIO

Ao considerar o contexto social do Brasil e sua regionalidade, este trabalho almeja visibilizar a dominação e as relações de poder na contemporaneidade, a partir do pressuposto de que o ser humano naturalmente é construtor da sua história e sistematiza o futuro próprio e comunitário. Deste modo, adentrando pelos estudos da sociologia, os conflitos territoriais gerados pelo processo de exclusão capitalista agrário, na zona rural e na cidade, parte da desestrutura de quando sua administração não corresponde às exigências da população brasileira com a permanência da opressão no Recôncavo da Bahia, especificamente no distrito de Jambeiro.

Nas palavras de Fernandes (2004. p. 2) “o movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais”. Os movimentos sociais de luta pela terra através da união entre os membros conseguem administrar as terras ocupadas por meio da agricultura tradicional no sustento familiar e contribuem para o desenvolvimento social uma vez que estes estão à busca de soluções para os conflitos socioeconômicos. O problema da distribuição da terra prossegue pela conflitualidade rural entre os moradores e os fazendeiros. Não simplesmente com aqueles que estão no campo, como também com os que, originalmente são da cidade, mas por causa da exclusão tecnicista do progresso, quando têm seus próprios funcionários e os potencializa para atuarem nas empresas de pequeno e grande porte. Em termos de direito, todos os

indivíduos brasileiros são autônomos e pagam seus impostos, no entanto, nas disputas agrárias prevalecem aqueles que comungam dos ideais particulares do estado.

Por esta razão, José Graziano da Silva (1981, p. 5) firma sua pesquisa com os paradigmas de igualdade de classe, reforma agrária e agronegócio, no sentido de explicar a industrialização da agricultura capitalista na contemporaneidade. Segundo ele, é necessário pensar o homem do campo como um sujeito livre e responsável pelo desenvolvimento social a partir do momento em que ele vive da agricultura e vende no comércio uma parte daquilo que produz para comprar outras mercadorias diferenciadas.

Os principais indicadores da questão agrária são: a maneira como se organizam o trabalho e a produção: qualidade de renda e emprego dos trabalhadores rurais, progressividade das pessoas ocupadas no campo etc. (SILVA, 1981, p. 5)

O trabalhador rural precisa ser valorizado pelos agentes públicos, através de projetos de incentivo à produção e fazer com que sua colheita seja valorizada conforme a qualidade. O que se percebe é grandes investimentos para a industrialização alimentícia dos maiores empresários que estão preocupados com o acúmulo do capital. O resultado são pessoas a adoecerem, por causa dos agrotóxicos presentes nas maiores lavouras e tudo isso vai para o mercado mascarado de boa qualidade.

Já para Fernandes (2004), o conflito agrário é uma reação da exclusão social moderna, sobre o prisma da técnica profissional exigida pelos grandes empregadores. Isso não está apenas na zona rural, mas também nos espaços críticos das metrópoles. Podemos aqui justificar que geralmente essas pessoas são negras, indígenas e por que não ressaltar o branco das regiões periféricas do Brasil que também são oprimidos pelo progresso civilizatório.

A formação do campesinato não acontece somente pela *reprodução ampliada das contradições do capitalismo*. A outra *condição* de criação e recriação do trabalho camponês é uma estratégia de *criação política do campesinato: a luta pela terra*. (FERNANDES, 2004, p. 7)

O pensamento contraditório do capitalismo, de que para haver progresso a industrialização é o caminho fez surgir uma humanidade egocêntrica que não se atem as consequências do avanço tecnológico. A redistribuição das terras devolutas, segundo Fernandes (2004), resolveria o problema em todas as instâncias sociais onde existe seres humanos na miséria e sobre a injustiça dos poderosos. É necessário ressocializar as pessoas tanto na capacitação profissional quanto aos seus direitos humanos. As redes sociais e de televisão ideologicamente mostram o agronegócio como o *pop star* da economia brasileira e,

ao se referir à Rede Globo, com a propaganda de que “agro é tech, agro é *pop*, agro é tudo”, não é verdade que os pequenos produtores participam dessa inovação como os latifundiários, ao contrário, eles trabalham para enriquecer o capital industrial.

Divisão, ameaças, alienação, cultura, religião e ideologia, para assim compreender o sujeito moderno. Durkheim (2007) define os fatos sociais como coisas que o cientista jamais deve desconsiderar das análises de campo, por que segundo ele, os conflitos são originários das vivências humanas e por isso, não se deve banir das investigações coletivas ao contrário, eles servirão para descobrir a causa. Portanto, a realidade agrária não é diferente, ela parte também da agremiação, onde o despotismo produz uma hierarquia entre aqueles que possuem recursos para viver dignamente bem e, muitas vezes, tentam comprar a dignidade dos pobres com favoritismo.

Por esse viés, nota-se que, teoricamente, o conflito agrário compara-se com o poder daqueles que dominam e administram a riqueza pública, para beneficiar a si mesmo. Dificilmente, a classe operária participa dos mesmos espaços desses negociadores privilegiados. A aptidão imperialista é, portanto, a causa da destruição social, uma vez que o dinheiro vale mais que os semelhantes e por isso, ignora-os como se não existissem. Por isso, ainda se encontra trabalhadores rurais em condições insalubres nos quintais de muitos fazendeiros.

Para Germani (2010, p.2), o conflito agrário permanece ativo na sociedade brasileira, embora muitos intelectuais defendam a superação disto na atualidade. O exemplo disso é a concentração do campo nas mãos do latifundiário, os órgãos administrativos coletivos desenvolvem políticas de integração, para resolver a desintegração campesina-tecnológica.

(...) o esforço empreendido pelos trabalhadores rurais sem terra para “entrar” na terra como também organicidade dos povos e comunidades tradicionais para e /ou permanecer nas terras que ocupam há muito tempo através da luta de resistência pelo reconhecimento legal dos seus territórios, legitimados historicamente pelo uso para a reprodução material e imaterial da vida.

Os movimentos sociais MST e MTST de luta pela terra no Brasil são uma minoria em relação aos brasileiros que vivem de modo precário nas grandes cidades por causa da desapropriação de seus lugarejos, pelos agenciadores da Indústria agrária. Na região nordeste do Estado da Bahia onde a escravidão negra mais atuou nos séculos passados, hoje as comunidades tradicionais enfrentam dificuldades para permanecerem nos seus espaços, porque além do preconceito que marca sua identidade afro ancestral, muitas mortes ocorrem inusitadamente dentro e fora dos seus territórios. Não se pode esquecer que, a dinâmica do

agronegócio gira em volta do consumo e essas comunidades seja ela qual forem sua característica e determinação, são ameaças para o legado industrial do Estado. Conclui Graziano da Silva, (1981, p. 31) que existem dois tipos de trabalhador do campo: primeiro, o boia-fria, aquele que vive do seu salário, pelo serviço prestado nas grandes propriedades agrárias e o segundo, que vive daquilo que produz para benefício pessoal e familiar. A razão principal é que os viajantes para lugares distantes estão sujeitos aos riscos urbanos, por morarem nas calçadas e viadutos das cidades, não porque querem, mas por causa da sociedade progressista vigente que idealiza a soberania burguesa. Tantos os boias frias quanto os pequenos produtores sofrem os horrores da perversidade do capital financeiro.

4.2 HISTÓRIA DO DISTRITO DE JAMBEIRO

A comunidade do Jambeiro fica entre a divisão geográfica de Santo Amaro e Cachoeira. É um local de difícil acesso no inverno, por causa das poças que se formam na estrada que liga a BR 420 à comunidade, por onde os residentes vão à cidade costumeiramente, nas segundas feiras, comprar alimentos e vender as especiarias das suas plantações, como por exemplo, banana e farinha. Aos sábados, há 12 anos vendia-se banana em Cachoeira e São Gonçalo dos Campos, mas com a invasão da agropecuária ficaram sem terras férteis para o cultivo. Na época chuvosa, os homens viajavam a cavalo com farinha de mandioca e banana por outra estrada inconveniente para automóvel e segundo as informações da pesquisa de campo, é uma prática tradicional os comerciantes negociarem partes da agricultura. As mulheres e homens que não tinham animais levavam na cabeça cestos com banana, beiju, pimenta, azeite de dendê artesanal, aipim, milho, tapioca, goiaba, jaca, jenipapo, mamão, tomates, cebolas, coentro, folhas medicinais, farinha, flores e coco pela linha ferroviária, até o ponto de transporte em Subaé, ou seguiam a pé até o mercado central. Hoje, o Rio Sergy parece um riacho e não há mais peixe como antigamente, porque com o desmatamento, suas margens foram aniquiladas pelo gado.

A terra do Jambeiro pertencia ao barão de Sergy, no período colonial e plantava cana-de-açúcar que abastecia seu engenho e que de acordo a localidade, a fazenda mudava o nome e por isso, na região ainda existe as divisões que marca geograficamente o contexto do passado porque preservam os nomes divisórios do seu primeiro administrador. Fazenda Serjy por que herdou o nome do Senhor Barão que a ganhou de uma senhora desconhecida antes de lutar na Guerra do Paraguai, em 1864. Nessa época, não havia divisões entre fazenda

Jambeiro, Fazenda Serjy, Gorunga, Fazenda Cocho, Congonho, Sabiá, Mata Boi e Tauá futuramente propriedade de Demétrio. Esses espaços diferenciavam-se para melhor administrar os recursos da mata atlântica e na criação do gado por ser extensa a propriedade.

Em virtude do histórico do antigo dono, a região, era vista como terra de homens valentes e temiam confrontá-lo para não serem lançados ao precipício como faria o barão na época do cativo com a compra e venda de escravos. De acordo um morador idoso com idade de 96 anos, “Luiz Gonzaga”, após este período, já no século XX, o povoado fica sobre posse de um fazendeiro conhecido por Perava Dantas que tinha cinco filhos: Paulo, Noêmia, Odete, Valdo e Carlos. Seu pai aproveita as ruínas do antigo engenho de açúcar do barão e arquiteta seu alambique de aguardente sobre as margens do Rio Sergi. O casarão da fazenda era cercado de árvores frutíferas e situava-se perto da linha ferroviária utilizada para abastecer a usina de açúcar Passagem e para fabricação de embarcações (IDEM) com madeiras de sapucaia e maçaranduba retiradas da mata atlântica, destruída pelo agronegócio a partir de 1995. As lenhas eram carregadas aos ombros até a estação “destruída no final do século XX,” para abastecer o trem “Maria fumaça”.

Com uma engenharia moderna, constrói-se uma barragem não mais existente que fornecia energia para triturar a cana de açúcar pela força da água e ceder energia à fazenda. Era um espaço atraente aos moradores do tempo, porque sempre iam beber cachaça, jogar e conversar. Mais tarde, sua esposa Natália, vende para o primeiro Jarbas e este novamente vende para Costa e fica sobre as ordens do seu filho Luís e repetidamente vende para o segundo Jarbas em 1974 aquele que tenta expulsar os moradores, arrancar todos os quintais em 1975, e plantar cana de açúcar para a usina Paranaguá II pertencente a ele, atualmente extinta. Em operação, fabricava apenas combustível automobilístico “etanol” e, segundo terceiros, talvez tenha sido a causa da sua decadência; mas também outras usinas que fabricavam álcool e açúcar fecharam ou somente a última especiaria se acabaram.

Por esse contexto, os moradores passaram a sofrer com o desenvolver do agronegócio que perdura até os tempos atuais, por meio da criação bovina do proprietário na gestão do responsável pela degradação territorial. No presente, apenas 12 moradores residem afastados da vila de duas ruas feitas pela Usina, uma para abrigar alguns moradores que perderam suas plantações no século passado para esta mesma empresa e a outra com galpões que acolhia os cortadores de cana e que atualmente estão com algumas famílias desalojadas pelo administrador da fazenda bovina. Umas afirmam que o proprietário é Jarbas, mas nunca foi comprovado oficialmente sua documentação de posse e por isso, subentende-se que mesmo

no período colonial sobre a condução do barão de Sergy, a terra era devoluta e como os agricultores não tinham conhecimento do perigo, a atual direção obrigou-os a abandonar suas benfeitorias. Localizado há uma distância de 50 km do município de Santo Amaro, o Jambreiro guarda a história de pessoas que desesperadamente são obrigadas a cederem aos caprichos dos latifundiários por não terem profissões e por causa da lembrança dos seus antepassados. Na época da plantação e corte canavieiro, os moradores eram obrigados a trabalharem nos palheiros dos canaviais. Segundo Quando estavam doentes ou por qualquer situação maior, caso não comparecesse ao serviço podiam perder o emprego ou corte salarial. Os donatários eram responsáveis para impor aos operários as regras da empresa, e eles por abuso de poder diversas vezes roubavam uma parcela da mesada destes. As casas eram de taipa e cobertas de palhas de babaçu ou sapé e no verão período que a usina Paranaguá II operava, várias cabanas eram incendiadas e as famílias passavam a noite apagando o fogo, e não dormiam com medo de morrerem queimados. Não havia estradas por estarem esfericamente centralizadas aos canaviais e por isso as chamas atingiam com maior facilidade.

A comunidade utilizava animais para transportar suas mercadorias, como banana e farinha de mandioca, para Santo Amaro, Cachoeira e São Gonçalo dos Campos. Porém, bastava que eles se soltassem ou que os donos amarrassem perto das canas para serem mortos a tiros sendo que os proprietários não podiam reclamar porque estavam sujeitos a também morrerem. Em 1995, com a extinção da fábrica, a administração das terras fica sobre a direção de fazendas para a criação de equino e bovino e com isso, derrubou-se as matas, destruíram-se as nascentes e os leitos dos Rios. Recentemente o corte de bambu tem poluído os riachos que ainda guardavam lembranças do passado. Talvez por ser um lugar distante, as autoridades municipais embora conheça o problema, não tenha se importando a respeito da agressividade.

De acordo com Brito (2008, p.11-19), o problema acerca do território do Recôncavo se apoia nas relações de poder dos agentes usineiros de açúcar, para que todo desenvolvimento financeiro desse espaço geográfico edifique a partir da industrialização por parte da cana-de açúcar desde o início do século XX e sua produção sustentava a economia do Recôncavo. Somente após a descoberta do petróleo, a lavoura canavieira enfraquece. Nesse sentido, percebe-se a importância desta localidade para a agricultura baiana se desenvolver no comércio urbano, e tudo isso, sob a dominação dos grandes proprietários que segundo o literato, possui vários modos de se interpretar para tentar compreender as vivências comunitárias no campo, e suas originalidades geográfica e historicamente desenvolvidas, prossegue.

Certamente, essa é uma assertiva com a qual não se pode concordar nos dias de hoje, mas é a que prevalece. Entende-se que essa polissemia implica inconsistências acerca do significado do conceito de território, induzindo alguns (pessoas, pesquisadores e agentes de Governo) a entenderem que a simples existência de uma parcela da superfície terrestre ou uma área de terra é o próprio território; outros crêem que a existência do território é confirmada com a presença do Estado; outros acreditam que território é o mesmo que espaço geográfico; outros, ainda, o relacionam a uma certa dimensão espacial e durabilidade temporal; e outros, o mais grave, têm no território uma forma de controle de uns agentes sociais sobre outros. (BRITO, 2008, p. 19)

As dificuldades dos habitantes para viverem no local por causa do embargo do fazendeiro, por tentar prejudicar as pessoas destruindo as estradas com veículos pesados, destruindo a mata atlântica e suas nascentes. Ressalta Brito (2008, p.14) que este problema parte desde os anos noventa quando as usinas de açúcar da região do Recôncavo entraram em crise e deram brecha para a criação de animais. Não se deve esquecer que os mesmos proprietários das indústrias de álcool e açúcar anterior, estão hoje com a comercialização de gado.

(...) o primeiro envolve os processos em curso desde antes de 1940 até 1960, precisamente 1959, quando se deu a realização da Conferência do Petróleo organizada pelo Jornal *A Tarde* em Salvador. Durante esse período é flagrante a estagnação em todos os meandros da vida social, econômica e produtiva do Recôncavo Baiano, implicando a existência de limites cada vez mais estreitos à reprodução ampliada dos capitais regionais, e o aguçamento das tensões sociais provocadas, principalmente, por relações sociais de trabalho quase escravistas, refletindo-se no processo de crise e posterior dissolução do território estruturado em torno do mando dos usineiros de açúcar e em parte sob o dos fazendeiros, proprietários de armazéns e de fabricantes de charutos.

5. METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivo estudar a questão agrária no município de Santo Amaro, especificamente, na comunidade Fazenda Jembeiro, denominada Vila de São Francisco, no sentido de analisar lavradores conflitos agrários, relativamente pela ótica dos estudos sobre o capitalismo fundiário. Esta investigação será desenvolvida com a participação dos moradores e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais através de entrevista a respeito do atrito com a terra entre o proprietário e os habitantes da propriedade.

Para que esses objetivos sejam realizados, primeiramente buscará identificar as principais dificuldades das pessoas na agricultura familiar, o conflito entre eles e o dirigente da fazenda, e se possível, acompanhar os labutadores nos roçados e lavouras. Deve-se entrevistar a organização assistencial da instituição sindical responsável, no sentido de

esclarecer a inquietação dos camponeses e os motivos pelos quais ainda não foram resolvidos os problemas. Haguette (2010.p.81) afirma acerca do ato comunicativo entre o emissor e o receptor na entrevista qualitativa, que segue o esquema do interlocutor, por aquilo que busca compreender.

A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas através de um roteiro de entrevista constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida. O processo de interação contém quatro componentes que devem ser explicitados, enfatizando-se suas vantagens, desvantagens, e limitações. São eles: a) o entrevistador; b) o entrevistado; c) situação de entrevista; d) o instrumento de captação de dados, ou roteiro de entrevista.

Assim, para melhor registrar o conflito a respeito da terra e as dinâmicas agrárias no relatório de campo, os depoimentos respeitarão a concepção de todos os indivíduos escutados para não receberem como ofensa. Vídeos e fotografias serão utilizados e facilitarão compreender a técnica de manejo e o processo produtivo dos agricultores. O modo de vida e as relações sociais entre esses indivíduos e o latifúndio, principalmente suas condições representais após a tomada de suas áreas de cultivo.

De acordo Mattos (2011. p.3), o estudo de campo muitas vezes pode mudar o foco porque não só depende do analista, mas também do contexto e a região onde se observa; e por isso, é importante que o estudo qualitativo perceba estrategicamente as interações humanas e os fatos sociais presente no meio, e daí obter fundamentos substanciais entre a ciência e a sociedade. Por esse motivo, o diálogo irá coletar as histórias dos moradores a partir do contexto anterior da cana de açúcar e atualmente com as pastagens e como eles buscam resolver os problemas referentes à oposição agropastoril. Prossegue Mattos (2011.p.8) com relação à observância no trabalho de campo.

Ao estudarmos uma sociedade tentamos estudar o todo desta sociedade. Ao estudarmos uma vila, observaremos a vila toda - jovens, velhos, área urbana, rural, relações inter-relacionais, relações de gênero, de classe - os fatos sociais que ocorrem neste contexto.

Em sintonia com o autor, de modo geral, será feita uma verificação sobre a dinâmica das pessoas principalmente a tradição agrícola, e como procede ao desenvolvimento familiar no trabalho autônomo e nas propriedades onde lhes oferecerem serviço. A intenção da pesquisa é promover uma reflexão sobre a visibilidade do trabalhador rural e por essa

perspectiva expor a realidade dos pequenos agricultores do Jambuí nos ambientes acadêmicos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, o processo desta pesquisa pensava o problema agrário da região do Recôncavo Baiano como se este conflito não houvesse em outras regiões brasileiras. Porém, depois de analisar outros estudos referentes à questão agrária, viu-se que desde o século passado já se interrogava o processo de desenvolvimento agrícola no sentido de tentar compreender a má distribuição das terras devolutas que até os tempos atuais estão sobre o domínio latifundiário.

Ficou evidente que tanto os que residem na zona rural como os imigrantes nas metrópoles sofrem com o desenvolvimento tecnológico uma vez que estes, nem sempre estão qualificados para acompanhar a inovação no mercado de trabalho, o que gera uma sociedade competitiva e desigual, perceptível nos ambientes coletivos, entre ricos e pobres. Vale ressaltar que a questão agrária no contexto do Recôncavo inicia-se no período colonial, quando os europeus apossaram-se das terras brasileiras e obrigaram os verdadeiros donos trabalharem para eles e, como se não bastasse, vão em busca de negros africanos, para serem escravos nos palheiros da cana de açúcar e demais serviços considerados impróprios ao branco.

De acordo José Graziano da Silva, (1981.p.40), os tempos modernos se configuram pelas empresas multinacionais que beneficiam os grandes empreendedores agrários e também são latifundiárias responsáveis pelo acúmulo patrimonial beneficiado por políticas governamentais de crédito. Por isso Marçano (2004.p.10) argumenta que a questão agrária é reflexo do capitalismo e por isso o campesinato procura reconstruir-se em meio a conflitos.

É uma solução para reestruturar a sociedade brasileira conforme a democracia onde todos colherão os frutos do que lhe compete a jornada de trabalho, quando trabalhadores assalariados ou mesmo que sobrevivam das suas plantações. Cabe ao Estado acompanhar e desenvolver projetos integrantes para os pequenos produtores que perderam ou não suas áreas de cultivo, produzirem mercadorias sem tóxicos e venderem com um preço passível a qualidade.

REFERÊNCIAS

BRITO, Cristóvão. A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo Baiano – Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em < www.scholar.google.com.br> acesso em 22 de maio de 2018. 14.p.

CARVALHO, Raquel. Dinâmicas do sistema de gestão na reserva extravista de canavieiras, Bahia, Brasil; análise da robustez internacional. 2014. Disponível em <www.scholar.com.br> acesso em 22 de novembro de 2017.

CONFERENCIA EPISCOPAL. LATINO AMERICANA – CELAM - Conclusão da conferência geral do episcopado Latino americano e do Caribe. 2ª ed. São Paulo: Paulus. 2007.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. Martins; SP: 2007.

FERNANDES, Bernardo. Questão agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2004. (UNESP). Disponível em <www.scholar.google.com.br> acesso em 22 de novembro de 2017.

FREIRE, Gilberto. Nordeste: aspectos da influencia da cana sobre a vida e a paisagem no Nordeste do Brasil. 7ª ed. São Paulo. Global, 2010.

GERMANI, Giomar I Questão agrária e movimentos sociais a territorialização da luta pela terra na Bahia. : COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). **(GEO) grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana (BA): UEFS, Editora, 2010, v., p. 269-304.

HAGUETTE, Tereza. Metodologias qualitativas na sociologia. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and. CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO.

MARX, Karl; ENGLS; Friedrich. Manifesto do partido comunista. SP. Martins. 1988.

SILVA, José Graziano da. O que é a questão agrária. 4. ed. UNICAMP. Brasiliense. 1981